

“Talvez tenha havido injustiça, mas que tal serviu para demonstrar que felizmente em Jaguarão não existia expurgo a fazer”: A Operação Limpeza e a repressão a setores trabalhistas na “pacata” Jaguarão (1964)

"There may have been injustice, but that this served to demonstrate that fortunately in Jaguarão there was no purge to do": Operação Limpeza and repression of trabalhistas sectors in Jaguarão (1964)

Darlise Gonçalves de Gonçalves,¹ UFPel

Resumo

Durante muito tempo, a história da ditadura brasileira foi narrada a partir das vivências e experiências ocorridas nos grandes centros urbanos, sobretudo no Sudeste do país. Entretanto, este é um panorama que vem aos poucos sendo revertido. Destacam-se nesses novos estudos, as vivências de outros atores sociais, esmiuçando outras formas de resistência, para além da armada, e levando em conta as especificidades dos diferentes setores da sociedade brasileira a partir de um recorte regional, por exemplo, afinal o país possui um vasto território e as formas de resistência e repressão possuem suas particularidades de acordo com o espaço em que se desenvolvem. Ao encontro dessa perspectiva caminha esse artigo que, sendo parte de uma pesquisa mais ampla, pretende discutir a Operação Limpeza e sua consequente repressão a setores trabalhistas após o Golpe de 1964 na interiorana e fronteira cidade de Jaguarão - RS.

Palavras-chave: Operação Limpeza; Trabalhismo; Repressão; Jaguarão.

Abstract

For a long time the history of the Brazilian dictatorship was narrated from the experiences and experiences that occurred in large urban centers, especially in the Southeast of the country. However, this is a panorama that is gradually being reversed. In these new studies, the experiences of other social actors stand out, detailing other forms of resistance, besides the armada, and taking into account the specificities of the different sectors of Brazilian society from a regional section, for example, after all the country has a vast territory and the forms of resistance and repression have their particularities according to the space in which they develop. To meet this perspective walks this article that, being part of a broader research, intends to discuss Operação Limpeza and its consequent repression of trabalhistas sectors after the 1964 in Jaguarão- RS.

Keywords: Operação Limpeza; Trabalhismo; Repression; Jaguarão.

Introdução

¹ Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Suas pesquisas têm como foco de análise das relações de solidariedade estabelecidas entre agentes fronteiriços brasileiros e uruguaios durante o período ditatorial de ambos os países. Paralelamente, trabalha com questões voltadas para o ensino da temática da ditadura brasileira a partir de uma perspectiva local com o projeto, ainda em desenvolvimento, Caminhos da Resistência em Jaguarão. Escreve a coluna História da Ditadura: vivências e resistências para além dos grandes centros urbanos para o site História da Ditadura.

Esse estudo dedica-se especialmente a pensar os primeiros meses da ditadura na fronteira cidade de Jaguarão. Município gaúcho com cerca de treze mil habitantes, separado de sua vizinha oriental, Rio Branco, pela Ponte Internacional Barão de Mauá, que, assim como todas as fronteiras vivas, pautava suas relações cotidianas em uma forte integração de fato entre os dois povos (MAZEI, 2012). Fator esse que é fundamental para compreendermos os reflexos, preocupações e aspirações da ditadura para a referida região, bem como, as brechas e manobras de ação daqueles que nela residiam.

O elemento central de nossa análise será a repressão desferida contra setores trabalhistas locais após a Operação Limpeza, ocorrida durante a primeira quinzena de abril de 1964. Antes de tudo, devemos pontuar que o Golpe de 1964 não fora “parido” da noite para o dia, ele estava sendo gestado há alguns anos. Entretanto, esse processo se intensificou com a renúncia de Jânio Quadros (UDN) em 1961, pois a posse do seu vice João Goulart (PTB)² à presidência acenava para retomada de um projeto nacionalista que estava adormecido desde a morte de Vargas em 1954.

Também não deve ser desprezado o fato de que as eleições de 1960 foram a segunda vez consecutiva em Jango faz expressiva votação para o cargo de vice-presidente da República, o que é algo significativo em um contexto em que a eleição ocorria de forma separada para os cargos de presidente e vice. Pois, de certa forma, isso fazia com que o vice fosse eleito a partir do seu prestígio nominal, e não a reboque da simpatia popular pela qual gozava o candidato à presidência.

Nacionalmente as bases do trabalhismo surgiram em 1942, quando começavam a serem apagadas as luzes do Estado Novo (1937-1945). Portanto, “a ideologia trabalhista nasceu vinculada ao getulismo, ao nacionalismo e ao intervencionismo de um Estado protetivo que Vargas então encarnava” (GOMES, 2004, p.16). Em 1945 durante a

² O curto governo Jango foi marcado por grande efervescência de lutas sociais: Temos as ligas camponesas, numerosas no nordeste; a luta pela terra ganha força em diversos estados; as greves do setor assalariado urbano se proliferam; e o movimento estudantil, além de lutar por questões ligadas ao ensino, unia-se com os dois primeiros grupos em atos públicos. Visando acalmar os ânimos, o presidente encaminha ao congresso o programa das reformas de base, vagas na prática, porém suficientes para por em frenesi setores conservadores da sociedade, tendo início uma ampla movimentação de desmoralização do governo Jango. Especialmente no Rio Grande do Sul algumas questões devem ser colocadas: Nas eleições de 1962 Brizola não conseguiu fazer um sucessor ao governo do estado, que passou a ser governado por Ildo Meneghetti, representante da Ação Democrática Nacional, sob a qual se reuniam todos os partidos conservadores do estado. Apoiado pela maioria do Legislativo, que objetivava uma coalizão para lutar contra a influência da bancada petebista, seu governo contou também com o apoio da Brigada Militar, conivente e atuante com o Executivo durante a escalada repressiva desferida contra os movimentos sociais rurais e urbanos que eram estimulados durante o governo Brizola. Nesse cenário que em certa medida “antecipava” parte do modus repressivo que daria a tônica no pós 1964 estavam fixadas as bases de apoio e sustentação aos golpistas. Entretanto, no imediato pós Golpe Brizola ainda nutriu planos de reeditar o movimento Legalista de 1961, nesse interim Jango optou por evitar uma guerra civil e rumou para o exílio nos primeiros dias de abril. Brizola por sua vez ainda ficou mais trinta dias no estado buscando rearticular a resistência, mas em maio daquele anos acabou tomando o mesmo caminho do cunhado.

reorganização da vida partidária do país, a ideologia política trabalhista passou a ser encampada pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sendo este posto enquanto uma alternativa de setores varguistas ao Partido Comunista (PC) que vinha ganhando força entre a classe trabalhadora.

É interessante colocarmos desde já que, apoiados nos estudos de Angela de Castro Gomes, compreendemos o fenômeno trabalhista “tanto como uma ideologia política, quanto como uma tradição política, pertencente ao universo de fenômenos que integram o que se pode considerar uma cultura política bastante compartilhada no País” (GOMES, 2004, p.15). E é nesse sentido, enquanto um fenômeno ideológico ocorrido durante o período republicano pós Estado Novo, que o trabalhismo foi sofrendo as transformações e apropriações necessárias para o atendimento das demandas de sentido e unidade de diferentes grupos ao longo de sua existência.

Dentre esses “diversos trabalhistas”, destacaremos nesse estudo dois momentos que, de acordo com nossa percepção, são fundamentais para compreendermos os contornos e a aceitação dessa ideologia política junto às massas durante os anos de 1960. O primeiro deles ocorre após a morte de Vargas, momento em que o trabalhismo sofre uma significativa expansão e reconfiguração. Embora, ainda nesse período “a ideologia e a tradição trabalhistas [continuassem] marcadas pela defesa dos direitos do trabalhador, pelo nacionalismo e pela proposta de um Estado intervencionista e protetivo” (GOMES, 2004, p.18). Foram acrescentadas a essas pautas novos temas, dentre os quais teve grande significância as Reformas de Base³. Sendo que foi durante essa fase (1954-1964) que o PTB se expandiu e se interiorizou, contando com inúmeros diretórios pelos “interiores” do país. E se tratando do estado do Rio Grande do Sul, este poderia ser considerado “um reduto trabalhista de especial inserção política” (BRANDALISE; HARRES; 2017, p.7), fator este que fez com que a significativa presença e atuação do PTB regional pautasse a dinâmica política do Rio Grande do Sul de 1945 a 1964 (Ibidem. p.15).

Essa ampliação dos alcances da retórica petebista está, segundo nossa percepção, associada diretamente ao segundo momento que aqui nos interessa observar. Pois, após o Golpe de 1964, que interrompeu brutalmente esse movimento do partido “rumo a esquerda”, era evidente, a partir da percepção da ditadura, o perigo representado por tais ideias e ideais.

³ Conjunto de medidas propostas pelo governo Jango que objetivavam reestruturar as instituições políticas, jurídicas e econômicas do país. Visando, atenuar o quadro de desigualdade social da época.

Assim, a nova ordem vigente, apoiada nos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional⁴, associou o trabalhismo e seus representantes a ideia de um dos inimigos internos⁵ a ser duramente combatido e reprimido pelo “bem da nação”.

Diante desse panorama, para que possamos compreender minimamente os atores e as práticas de repressão e resistências presentes no espaço fronteiriço a que se dedica esse estudo, é igualmente fundamental termos em conta como se deram os dias que se seguiram ao Golpe de 1964 nessa fronteira, bem como, apreender a atuação da Operação Limpeza; os primeiros expurgos, prisões e cassações; os modos de atuação da repressão localmente; assim como, os modos como essa recaiu sobre os setores trabalhistas da cidade, que fora o principal grupo atingido. Pois essas características, e outras, condicionavam as relações sociais e o viver em fronteira naqueles anos, e, logo, são fundamentais para a compreensão das particularidades presentes nas múltiplas relações estabelecidas entre repressão e resistências naquele espaço, conforme pretendemos demonstrar nas páginas que se seguem.

A Jaguarão dos anos 1960: Da “calmaria” cotidiana ao alvoreço da “Revolução”⁶

Após o golpe uma das primeiras medidas da ditadura foi varrer da vida pública todo e qualquer resquício de oposição, apoiados no Ato Institucional nº1 (AI-1). De acordo com a pesquisadora Maria Elena Moreira Alves, este dispositivo assegurava à ditadura a institucionalização da “revolução”, garantindo ao novo governo “os meios indispensáveis a obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral no Brasil” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 9 e 11 de Abril de 1964, Apud. ALVES, 1984, p.53). Assim, com ele estava aberto o caminho para a “Operação Limpeza”, pois o mesmo dotava o Executivo de plenos poderes. Logo, em síntese, essa manobra “facilitou os expurgos na burocracia de Estado e manteve sob controle os setores militares que discordavam da nova política ou estavam ligados ao período anterior” (ALVES, 1984, p. 55).

Nessa conjuntura, após o Golpe foram expurgados, do Oiapoque ao Chuí, principalmente indivíduos ligados ao antigo governo que integravam quadros burocráticos e

⁴ Concebida pelos Estados Unidos da América e difundida pelo mundo, a DSN tinha como objetivo máximo a contenção da ameaça comunista, sendo que, em sua concepção teórica, o conceito de comunismo era extremamente flexível, aplicável a todo e qualquer movimento que ferisse os interesses norte-americanos (FERNANDES, 2009, p. 34). O órgão responsável por sua assimilação e adaptação para o Brasil foi a Escola Superior de Guerra (ESG), passando a formar não só militares de alta patente como também civis.

⁵ Conceito de definição maleável utilizado pela ditadura para caracterizar seus opositores.

⁶ Esse artigo é uma adaptação do capítulo 2.2 da dissertação da autora: GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

militares, porém estes não foram os únicos atingidos. Para tal finalidade as três forças militares foram mobilizadas “segundo técnicas predeterminadas de contra-ofensiva” (ALVES, 1984, p.59), não se limitando apenas a realização de um “pente-fino” somente em organismos políticos e burocráticos. Logo, além da cassação de mandatos políticos e exonerações em larga escala, a repressão passou a atingir diretamente a população a partir da elaboração, nos quartéis, de listas contendo os nomes dos indivíduos que deveriam ser expurgados e presos.

De acordo com Alves (1984), nos primeiros meses de ditadura, em todo o País, cerca de 50.000 pessoas teriam sido presas. Ainda segundo a autora, precisar tal número se torna impossível, pois:

As técnicas de busca e prisão – as operações “arrastão” e “pente-fino” – permitiam a detenção de qualquer pessoa que não pudesse provar a sua inocência ou apresentar documentos de identificação. Além disso, faziam parte da estratégia de intimidação as detenções temporárias – geralmente acompanhadas de espancamentos ou tratamento violento por algumas horas – e a pronta liberação, antes que pedidos de *habeas corpus*⁷ pudessem ser apresentados. Dessa maneira, os militares esquivavam-se à supervisão do sistema legal e podiam agir quase sem limitações (ALVES, 1984, p. 59).

A fronteira Jaguarão não ficou alheia a tal prática, e no dia 16 de abril de 1964, o jornal local noticiava a devassa realizada pela Operação Limpeza no município (A Folha. Ed. 16 de abril de 1964, p.2). Uma das primeiras entidades a ser atingida por esses expurgos foi a União Jaguarense dos Estudantes Secundaristas (UJES), todavia ela não foi a única. Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), esse “pente-fino” não foi operado de maneira indiscriminada na sociedade. Tal estratégia obedecia a uma lógica voltada para atingir áreas consideradas estrategicamente sensíveis à segurança nacional, e, por isso, compreendidas como focos de possíveis núcleos de oposição. Eram elas: política, econômica, psicossocial e militar. Nesse sentido, a autora destaca que os setores sociais especialmente visados foram “líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo” (ALVES, 1984, p.59). Como podemos perceber nas falas de nossos colaboradores⁸, especialmente na fala de Ricardo (2018), alguns desses núcleos apontados pela autora estão entre os setores atingidos em Jaguarão.

⁷ O direito a apresentação de um *habeas corpus* em casos enquadrados enquanto crimes contra a segurança nacional será proibido com o AI-5 em 1968.

⁸ Apoiados no método de história oral, realizamos entrevistas temáticas com diferentes personagens atuantes dentro das redes de mobilidade que auxiliaram na realização da Travessia para o Uruguai daqueles que em território brasileiro eram perseguidos políticos. Também foram ouvidos durante a pesquisa moradores que atuaram política e culturalmente na época, e, ainda, foi realizada uma entrevista de memória herdada, ou seja, o narrador não apresenta nela suas próprias vivências, mas sim o que lhe foi narrado. Contamos ainda com entrevistas que foram produzidas por outros pesquisadores.

No campo político, de acordo com Alves (1984), o objetivo era “varrer” da cena política todos os indivíduos que tivessem ligados ao governo anterior, bem como, aqueles pertencentes a partidos “comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e movimentos sociais do período anterior a 1964” (ALVES, 1984, p.59). Na cidade de Jaguarão foram especialmente atingidos os indivíduos ligados ao PTB, entretanto pela lógica de suspeição do período outros indivíduos sem vinculação partidária efetiva, mas com vinculação de amizade com os “suspeitos” acabaram sendo detidos também, conforme veremos. Diante desse cenário devemos destacar que a suspeita de subversão por associação foi algo recorrente na cidade, sendo uma das formas de disseminação do Terror mais eficientes. Essa taxação simbólica de “subversivo” ou “comunista” acabou por levar ao isolamento social indivíduos que em algum momento foram presos pela ditadura, afetando diretamente suas relações de trabalho e amizade na cidade.

Diante disso, é interessante notarmos que os três processos de pedido de indenização protocolados no âmbito da Comissão Especial de Indenizações do Estado do Rio Grande do Sul⁹ foram movidos por indivíduos que na década de 1990, quando teve início os trabalhos dessa Comissão, não mais residiam em Jaguarão. Embora, não dispomos de meios de precisar a data exata que deixaram a cidade, nos é possível levantar que devido a perseguição sofrida e a perda do emprego o senhor Dido Bezerra migrou com a família para Pelotas quando os filhos ainda eram pequenos, provavelmente em meados de 1960. Já o senhor Claudio Maria Ricardo deixou Jaguarão em 1967; em sua entrevista, ele levanta as dificuldades de continuar com uma vida normal em um espaço tão pequeno quanto Jaguarão após ser “fichado”:

eu sai de Jaguarão [inaudível] início de 1967, [...] se por um lado o pessoal do Exército não bateu na gente, no grupo lá, [...] eu e um outro eles liquidaram conosco. Porque eles nos colocaram, como se diz vulgarmente, fichados, nos colocaram no antigo DOPS com ficha, no Exército, no serviço secreto do Exército, e no SNI, como subversivos, comunista, entendessem? [...] era muito forte a repressão, mas não era a ponto de matar ninguém,

⁹ A Comissão Especial de Indenizações do Estado do Rio Grande do Sul é fruto da Lei Estadual nº 11.042/1998, que estabeleceu o reconhecimento e a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul em ter sido o causador de danos físicos e psicológicos a pessoas presas por motivações políticas no período de 1961 a 1979. Os processos decorrentes desta estão salvaguardados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERES), localizado em Porto Alegre, e a consulta a eles deve ser feita presencialmente mediante agendamento prévio. Para facilitar a localização dos indivíduos ligados a Jaguarão, utilizamos o catálogo “Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil”. Esse instrumento de busca, constituído por verbetes correspondentes aos 1704 processos movidos na Comissão, foi lançado no ano de 2014 durante a descomemoração dos 50 anos do Golpe de 1964. Nossa pesquisa se deu a partir do termo “Jaguarão”, diante do qual foram mostrados oito resultados. Destes, após um refinamento da pesquisa, foram descartados os nascidos na cidade, restando quatro processos de pessoas que haviam sido presas no município: Oribe Sergio Terra; Didio Bezerra; Claudio Maria Ricardo e Orlando Rodrigues dos Santos. Destes apenas Orlando não possuía vínculos com a cidade, tendo sido preso na fronteira e remanejado para outra localidade, por isso seu processo foi descartado. Os demais possuíam vinculação com o PTB, sendo este um dos elementos que motivou as detenções.

ninguém foi morto aí em Jaguarão, ninguém foi assassinado, o negócio era te vigiar. E o grande assassinato que nós tivemos foi da população, a maioria dos parentes, a maioria dos amigos, da sociedade em geral [...] aí onde é a Caixa Econômica Federal hoje, tinha o Café Comércio, era um café grande tinha umas sessenta mesas todo mundo sentava ali e conversava e tal..., depois da Revolução continuou, mas nós, por exemplo, que tínhamos um grupo de três ou quatro e alguns conhecidos assim, se nós chegássemos para conversar numa mesa alguma coisa em cinco minutos todo mundo saía. Os pais e as mães proibiram os outros estudantes, proibiram as moças de nos namorar, foi horrível isso daí, [...] muito mais que pelo Exército nos fomos expurgados pela sociedade de Jaguarão! [...] Tinha gente que gostava da gente e tal, mas não botavam a cabeça para fora porque na época os pais ainda eram determinantes para o posicionamento dos filhos, então não deixavam, nós começamos a ser pessoas nefastas à sociedade, à tudo (RICARDO, 2018).

A perseguição ao inimigo interno alastrou-se até mesmo pelos mais “pacatos” rincões do Brasil, fazendo-se sentir das mais distintas formas na vida cotidiana das pessoas. Gerando assim, diferentes posturas e atitudes sociais diante do estado de exceção que se apresentava. No caso de Oribe Terra, o mesmo teve que morar no Uruguai por três vezes, segundo relatou para a Comissão Especial de Indenizações após sua primeira detenção seus empregadores começaram a receber recados para o demitirem. As perseguições e ameaças a sua vida e a dos seus familiares diretos foram uma constante, chegando ele mesmo a sofrer um atentado.

Eu tive que me afastar de todas as pessoas que me procuravam por assuntos políticos, [...]. Depois desses fatos sofri uma agressão que não posso atribuir a ninguém [...]: Nos arredores da cidade, num local chamado “figueira” ou “Anjinho” por volta da meia noite ou mais, retornando de uma visita a uma namorada, fui abordado por três homens civis encapuzados, que me perguntaram: - Te es o Oribe, o comunista, o brizolista, o subversivo? E começaram a me bater com cassetetes [...] (APERES, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra).

É impossível precisarmos quem eram esses indivíduos, também não foram encontradas outras evidências da atuação de grupos paramilitares ou indivíduos de extrema direita na cidade. O que, à primeira vista, nos levaria a crer que este teria sido um caso a parte, uma ação isolada. Entretanto, a existência desses grupos, articulados ou não, é uma possibilidade que não pode ser descartada por completo, mesmo porque essa não foi a primeira armadilha em que Oribe caiu.

Na época dos bigurrihos¹⁰ e pombos-correio¹¹ fui procurado por um cidadão uruguaio de apelido Tôto [...] propondo negócio com armas, que seriam

¹⁰ Figuras infiltradas na *Asociación de Ferrocarriles del Estado*, buscavam pombos-correios e fugitivos brasileiros para fazer denúncias às autoridades militares. A única informação que temos desses indivíduos provém do processo do senhor Oribe Terra, nossos demais colaboradores e documentação consultada não fazem menção a tal grupo.

trazidas do Uruguai com a participação do Brizola e do Jango para a “contra revolução”, e me entregou um papel “guardanapo” [...] com um nome e um endereço para contato posterior. No dia seguinte eu fui preso (APERS, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra).

São recorrentes, também, os relatos de indivíduos que tiveram suas vidas diretamente afetadas por estarem vinculados a “elementos subversivos”. José Paulo Rodrigues Nobre, uma das testemunhas arroladas no processo do senhor Oribe relata que: “O visitei várias vezes no vizinho país, Uruguai, quando lá estive foragido; Que o mesmo só tomou essa decisão (fugir para o Uruguai) porque o ambiente instalado em Jaguarão era TERRIVEL; Que eu também temia por agressões” (APERS, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra). Clima semelhante de constante insegurança pode ser observado no relato do senhor José Cassiano Gomes do Santos, militar da reserva aposentado em 1962: “Em 1964 foi a Revolução... que prenderam os comunistas pra cá [Enfermaria]... eu tinha um amigo e colega [...] então ele falava [...] não leva o Cassiano pra... não ele é... ta sempre no PTB... mas eu morava ao lado e parava o carro ali e pensavam que eu tava no partido” (SANTOS, 2010).

Nesse período, o medo foi um dispositivo de controle eficiente, embora não fosse o único, que gerou respostas rápidas da população. Chegando a funcionar até mesmo como pedagógico, no sentido de garantir comportamentos exemplares e atitudes desejadas. Assim, em comum ambos depoimentos apresentam o temor de serem presos e sofrer as consequências decorrentes da detenção. Temor esse que possivelmente se apresentou para ambos com pesos e medidas distintas já que um deles estava diretamente vinculado a força militar. Entretanto, o interessante nisso tudo é o que ronda o âmbito da vida cotidiana dessas pessoas, pois nenhum dos dois estava envolvido organicamente com as disputas políticas daqueles anos, se fossem presos acusados de “subversão” essa acusação se daria por associação da pessoa deles a militância exercida por membros de seu círculo pessoal: amigos, parentes, vizinhos. Esse “temor por associação” é um dos múltiplos reflexos da cultura do medo no dia a dia das pessoas daquela época. Assim, a atmosfera de ansiedade na qual a sociedade estava mergulhada se potencializava diante da existência da probabilidade de ser associado a “subversão” a partir do envolvimento pessoal com um “comunista”, e logo acarretava, por muitas vezes, no cerceamento de gestos de solidariedade, o que, felizmente,

¹¹ Termo utilizado para indicar indivíduos ligados a figura do ex-governador gaúcho Leonel Brizola que passaram a transitar entre os dois países, durante o período em que Brizola esteve exilado no Uruguai, no intuito de levar e trazer informações, matérias, fundos para rearticular a resistência ao regime instaurado no Brasil. Índio Vargas logo nos primeiros capítulos do seu livro de memórias vai descrever alguns pormenores dessa atividade. Ver: VARGAS (1981).

não se apresentou no caso do senhor José Paulo Rodrigues Nobre, que mesmo temendo por si e pelos seus não deixou de prestar assistência ao seu amigo.

A pesquisadora Ludmila Catela destaca que “dependendo do contexto, a categorização como esquerdista pode ser extremamente estigmatizante” (CATELA, 2010, p. 316) vista como algo perigoso e que deve, por isso, ser extirpado da sociedade. Nesse sentido, o “comunista”, o “subversivo” se torna uma categoria ampla acolhida dentro da lógica do inimigo interno, que, nesse momento, em Jaguarão estava diretamente associada a quadros ligados ao PTB e ao Brizolismo. Conforme recorda o senhor Cassiano Santos “aqui era PTB... naquele tempo era PTB... tudo era comunista... [...] saia umas piadas... vamos prender os comunistas... mas como é que eu vou saber? Pergunta se é PTB, [então] prende que é comunista...” (SANTOS, 2010).

Estigma esse que marcou a ferro a geração que viveu o Golpe e deixou sequelas na vida cotidiana desses indivíduos e, também, nas gerações futuras que herdaram determinados padrões de comportamento de seus antecessores, sendo esses potencializados em algumas conjunturas sociais mais que em outras. De acordo com Jelin,

para muchos, los ‘restos’ o secuelas de un período autoritario no se superan fácilmente, y permanecen en las prácticas cotidianas como reacciones irreflexivas, incorporadas como hábito: no salir sin documentos de identidad a la calle, sentir amenazas, reaccionar con sobresalto a sirenas y uniformes. Junto a los silencios voluntarios, son ‘restos’ que quedan, huellas de un pasado ‘que no pasa’ en un sentido muy diferente al de Rousso: no se trata de la insistencia recordatoria y el reconocimiento permanente de los acontecimientos pasados promovidos por militantes de la memoria, sino todo lo contrario (JELIN, 2002, p. 132).¹²

Um exemplo disso que é colocado por Jelin, pode ser encontrado nessa pequena anedota familiar, a qual só fui capaz de entender quando passei a me dedicar ao estudo da temática das ditaduras: Meu avô, que viveu boa parte de sua vida na zona rural do município de Jaguarão e que não teve um envolvimento orgânico com o PTB de Brizola, evitava mencionar o nome do líder petebista mesmo em tempos de democracia. Não que ele não simpatizasse com o ex-governador, muito pelo contrário, mas era que segundo afirmava “lembrar do Brizola dá problema!”, frase essa verbalizada quando em 1995 uma das filhas

¹² Para muitos, as sequelas de um período autoritário não são superadas facilmente, e permanecem nas práticas cotidianas como reações involuntárias, incorporadas como hábito: não sair de casa sem documentos, sentir-se ameaçado, assustar-se com sirenes e fardas. Junto aos silêncios voluntários são permanências, marcas de um passado que “não passa” em um sentido muito diferente ao assinalado por Rousso: não se trata da insistência recordatória dos acontecimentos passados promovidos por militantes da memória, mas sim do contrário. Tradução livre feita pela autora.

(minha mãe) quis dar para o neto dele (na verdade neta, eu) o nome de Leonel.¹³

Como está sendo observado, o PTB foi o principal alvo da repressão a nível local, logo, o medo e o trauma gerados por esses episódios na população explicariam porque em 1995, já na democracia, intimamente meu avô ainda nutria o medo de “ter problemas” por estabelecer em sua família alguma espécie de associação a figura do Brizola. E meu avô não fora o único, seu Ladir, personagem apresentada por Carlos (2021) durante sua entrevista para esse estudo, pelos idos de 1990 guardava escondido atrás de uma das portas de seu escritório um pôster do ex-governador, objeto esse que só era mostrado para seus amigos mais próximos.

Mas voltando aquele abril de 1964, outro exemplo de detenção de indivíduos sem histórico de militância efetiva nas fileiras do PTB é levantado no processo do senhor Oribe Terra ao citar o companheiro de prisão Peri Garcia: “havia [entre os presos] um fazendeiro, já senil, de nome Peri Garcia que nunca se envolvia em nada, apenas simpatizava com o PTB” (APERS, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra). O mesmo também é mencionado na entrevista do senhor Claudio Maria Ricardo “Peri Garcia era um fazendeiro que era PTB, não tinha nenhum vínculo com nada, ele era PTB e foi preso na primeira. Depois saiu fora de tudo [...]” (RICARDO, 2018).

Com base no que foi colocado pelas fontes, acreditamos que o indivíduo mencionado não possuísse uma militância orgânica nas fileiras do partido, e, tampouco, tenha assumido uma postura combativa de enfrentamento aberto à nova ordem. Nesse sentido, vale lembrarmos que dada a força e carisma de muitas das lideranças petebistas junto as massas, não foram poucas as pessoas que se filiaram ao partido por respeito e admiração a esses líderes, sobretudo Vargas e Brizola. E talvez o senhor Peri tenha sido um desses tantos brasileiros.

Ainda se tratando dele, pelo relato do senhor Oribe à Comissão Especial de Indenizações, podemos perceber a mudança de conduta do mesmo após deixar a prisão: “o senhor Peri Garcia deixou de conversar com seus antigos amigos, também trabalhistas e que não tinham sido presos” (APERS, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra). Se afastar dos velhos companheiros pode ser interpretado enquanto um mecanismo de autodefesa, no sentido de evitar novas detenções por

¹³ Optamos por redigir esse trecho em primeira pessoa, da mesma forma com que tratamos os demais relatos apresentados nessa pesquisa. A anedota familiar foi contada várias vezes pela minha mãe que foi uma das protagonistas do episódio, assim ao narra-la aqui a partir da minha percepção estamos apresentando uma memória herdada. É interessante colocar também que eu não tive oportunidade de discutir essas questões com meu avô, o que poderia trazer novos elementos para essa memória.

conspiração, e, ao mesmo tempo, enquanto um meio de preservar os camaradas que poderiam ser detidos por vinculação a um elemento “fichado como comunista”. Logo tal atitude é um reflexo direto dos efeitos da cultura do medo e sua atmosfera de ansiedade constante.

“Pergunta se é PTB, [então] prende que é comunista”: Os “resultados” da Operação Limpeza em Jaguarão

É inegável a força do PTB no município, pois, se tratando das pessoas detidas nesse período, a quase totalidade eram membros ou simpatizantes do partido. Esse dado é de extrema importância para compreendermos a nível local qual foi o rosto do inimigo interno a ser combatido pela ditadura nesse primeiro momento. Essa afirmação é ilustrada na tabela a seguir. A mesma foi elaborada a partir de um cruzamento de informações contidas em entrevistas realizadas pela autora e relatos provenientes da Comissão Especial de Indenização do Estado do Rio Grande do Sul, indica alguns dos presos políticos detidos na Enfermaria Militar após a Operação Limpeza na cidade. Nela podemos observar que dentre os nomes relacionados, com exceção do estudante Verdi Faccini, todos os indivíduos pertenciam ou tinham alguma ligação com o PTB.

Tabela 1- Lista de detidos na Enfermaria Militar de Jaguarão abril/maio de 1964.

Nome	Filiação partidária	Data da prisão	Profissão
Oribe Sergio Terra	PTB	Detido por cinco vezes, as datas da prisão não foram precisadas. A primeira detenção ocorreu em 28/04/1964 até o dia 30 do mesmo mês.	Contador e estudante.
Carlos Leonardo Wienke	PTB	Abril de 1964	Professor e Vereador em Jaguarão pelo mesmo partido.
Claudio Maria Ricardo	Ala Moça PTB ¹⁴	Abril e Maio de 1964	Estudante
Oficial Martinez	Simpatizante do PTB	Abril de 1964	reformado do Exército

¹⁴ Surgida nos anos de 1950 como “ala acadêmica trabalhista” agregava os estudantes universitários, tendo sido o seu primeiro presidente, Leonel Brizola, que naquela época era ainda acadêmico de engenharia. Posteriormente passou a chamar-se “ala moça” ou “mocidade trabalhista” agregando a juventude, principalmente os estudantes, que militavam no partido. Maiores informações podem ser apuradas em: BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992,

Verdi Faccini	Partido Libertador ¹⁵	Abril de 1964	Estudante
Peri Garcia	PTB	Abril de 1964	Fazendeiro
Didio Bezerra	Tesoureiro do PTB	20/04/1964 até o final do corrente mês.	Funcionário do Ministério do Trabalho
Luçardo ¹⁶	PTB	Abril de 1964	

Tabela 1: Lista de detidos na Enfermaria Militar de Jaguarão abril/maio de 1964. Elaborada pela autora.

Devemos ressaltar que as datas das detenções que são indicadas nos processos não coincidem plenamente, pois alguns deles foram presos mais de uma vez, como é o caso do senhor Claudio Maria Ricardo e de Oribe Sergio Terra, que em uma das vezes estiveram juntos naquela unidade de saúde militar transformada em prisão.

Em seu depoimento para a Comissão Especial de Indenizações o senhor Claudio relatou estarem presos naquele momento, começo de abril de 1964, cerca de vinte indivíduos. A senhora Maria Carlota Garcia Bezerra, esposa¹⁷ do ex-tesoureiro do PTB em Jaguarão, Didio Bezerra, complementa a informação colocando que “todos os presos recolhidos à enfermaria [final de abril de 1964] pertenciam ao PTB” (APERS, Processo administrativo de indenização número 2724-1200/02-6 referente a Didio Bezerra).

Dos nomes referenciados no quadro a cima, gostaríamos de tecer um breve comentário a respeito da prisão do vereador petebista Carlos Leonardo Wienke, mesmo que os fatos ligados a ele sejam uma zona cinzenta a ser descoberta. Primeiramente, a imprensa local embora tenha noticiado a realização de uma Operação Limpeza na cidade em nenhum momento noticiou a prisão do mesmo; em segundo lugar o legislativo só vai comentar o ocorrido em reunião de 20 de maio de 1964, dias após o episódio. De acordo com Vieira

¹⁵ Partido Libertador (PL) existiu durante dois períodos, de 1928 a 1937 e depois entre 1945 e 1965. Defendia o sistema parlamentarista de governo e o federalismo, podendo ser definido também como adepto de um conservadorismo liberal.

¹⁶ Um cidadão de nome Luzardo Cesar Seron é indiciado em IPM e preso para averiguações em Jaguarão. Em fevereiro de 1967 “por terem cessado os motivos que determinam sua prisão” o referido indivíduo é posto em liberdade (Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional - BR_DFANBSB_N8, Boletim Reservado, Janeiro de 1967, p. 60). Em informe confidencial de 1981 o mesmo cidadão é descrito da seguinte forma: “Luzardo Cesar Seron, procedente do Rio Grande Do Sul e residente em Rio Verde/GO, para onde teria se mudado há cerca de 02 (dois) anos, é amigo pessoal do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Rizola, com quem, constantemente, mantém contatos” (Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR_DFANBSB_V8, INFORME N° 0150/1981, p. 11). Não há indícios que comprovem tratar-se do mesmo indivíduo que fora apontado no processo de indenização que se refere às prisões no âmbito da Operação Limpeza. Entretanto, dado a reincidência das detenções sofridas pelos atingidos essa é uma possibilidade que não deve ser descartada.

¹⁷ Didio faleceu em 1° de junho de 2000, seus direitos foram buscados junto a Comissão por sua viúva no ano de 2002.

(2018), que realizou um levantamento das atas da Câmara de Vereadores para o seu estudo, é nessa reunião que o tema da “Revolução” vai aparecer pela primeira vez:

Washington Izquierdo, tecendo comentários sobre os últimos acontecimentos que se desenrolaram no país, declarando-se ser plenamente favorável à revolução democrática e ao governo instalado. Comentou a prisão de diversas pessoas aqui residentes, e, muito principalmente a do vereador (Carlos Leonardo) Winkie. Julgou que talvez tenha havido injustiça, mas que tal serviu para demonstrar que felizmente em Jaguarão não existia expurgo a fazer. Tais atos embora injustos eram necessários para resguardar os motivos altamente justos da revolução de 1º de abril, que nada mais fez de que, pelas armas, a vontade da população. Falou longamente inclusive trechos de jornais, sobre a fabulosa fortuna do ex-presidente João Goulart, conseguida em apenas 10 anos (Câmara de Vereadores de Jaguarão: Ata n°. 260 de 20/05/64. SOCM f. 158. apud. VIEIRA, 2018, p. 62).

A fala de Washington Izquierdo demonstra uma postura alinhada com a nova ordem, pois o mesmo levanta que “talvez tenha havido injustiça, mas que tal serviu para demonstrar que felizmente em Jaguarão não existia expurgo a fazer” (Idem) demonstrando que na cidade não haveriam elementos nocivos a serem extirpados da sociedade, e nesse sentido, coloca que a população estaria do lado da “Revolução”, pois não existiriam expurgos a serem feitos.

Na mesma ata, o vereador Lauro Ribeiro, também levanta a ocorrência dos expurgos alegando que o PTB foi o partido mais atingido, porém não fora o único já que a Operação Limpeza foi realizada contra “a subversão, corrupção, e a desordem e não contra um único partido” (Câmara de Vereadores de Jaguarão: Ata n°. 260 de 20/05/64. SOCM f. 158. Apud. VIEIRA, 2018, p. 33). Entretanto, mesmo que ele tenha feito tal afirmação, não encontramos registros expressivos do ocorrido com outros partidos e agremiações políticas no âmbito da Operação Limpeza. De toda forma, com base nessa colocação, e nos últimos acontecimentos na cidade, acreditávamos em um primeiro momento que o vereador Lauro Ribeiro pertencia a algum partido de esquerda, e que ao se colocar de tal modo estaria fazendo uma mea-culpa, todavia ao termos contato com a apuração das urnas do ano 1959¹⁸, percebemos que o referido vereador fazia parte da bancada da Frente Democrática Jaguareense (FDJ), legenda que abarcava os partidos Partido Social Democrático (PSD), Partido Libertador (PL) e União Democrática Nacional (UDN).

Essa discrepância nas posições de indivíduos que em tese pertencem ao mesmo grupo nos demonstra quão problemática é pensar as categorias de consenso e apoio enquanto elementos de definição das atitudes sociais durante esse período. Uma vez que, distintos

¹⁸ Maiores informações podem ser apuradas no site do Tribunal Regional Eleitoral na sessão: Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha/ Acervo : Resultado das Eleições Municipais em Jaguarão.

elementos corroboram para a tomada de posição do indivíduo diante dos acontecimentos. Todavia, é inegável o peso que o Terror teve naqueles anos enquanto elemento capaz de moldar as atitudes sociais. No entanto, proteger a si e aos seus não foi o único fator que pesou para uma tomada de posição. Nesse sentido, “cuando se analizan los comportamientos y actitudes individuales y sociales en dictadura se ingresa en una zona oscura, difusa, compleja” (ÁGUILA, 2015, p.11)¹⁹ que devido a sua heterogeneidade foge a toda e qualquer definição dicotômica.

No que diz respeito ao vereador Winkie, as informações disponíveis a seu respeito são bem escassas. Segundo Vieira, o mesmo estava presente na sessão 20 de maio de 1964 e não se manifestou, ou sua manifestação não constou na referida ata. Ainda de acordo com essa autora, ele voltou “às atividades na Câmara em 13 de junho do mês seguinte” (VIEIRA, 2018, p.62), vindo a se manifestar dois dias depois, passando a assumir uma postura de retratação durante a sessão do dia 15 de junho. E, encerrando de vez o debate levantado no mês anterior: “(...) apresentou proposição no sentido de oficial-se ao Marechal Castelo Branco, dando um voto de confiança e apoio as mensagens enviadas ao Congresso por v. excia. e referentes reformas” (Câmara Municipal de Vereadores de Jaguarão: Ata nº 268 de 15/07/64 SOCM f. 177. Apud. VIEIRA, 2018, p. 63-64). Tal posicionamento vai ao encontro do que foi mencionado no processo do senhor Oribe Terra, quando este coloca que “o professor Carlos Leonardo Wienke [...] afastou-se aos poucos de todos nós, e nunca admitiu ter sido espancado; e, no entanto, nós escutávamos e os soldadinhos da guarda nos “segredavam”: - Está feio o caso de vocês” (APERS, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra).

Sabemos que cada um tem/teve sua forma de lidar com o trauma que esse tipo de experiência gerou, ao que tudo indica, para o senhor Wienke o silêncio e a negação foram as formas encontradas para ressignificar os dias que se seguiram após sua liberação. O que em certa medida explicaria o quase completo apagamento do ocorrido nas memórias daqueles que foram consultados para essa pesquisa. Outro elemento que deve ter pesado para tal decisão foi o temor pela sua segurança física e material, assim como, pela dos seus.

Nem todos os uniformados disseram “Sim, Senhor!”: A repressão aos “milicos vermelhos” na fronteira Jaguarão

¹⁹ Quando se analisam os comportamentos e atitudes individuais e sociais durante uma ditadura, se ingresa em uma zona cinzenta, difusa e complexa. Tradução livre feita pela autora.

É de conhecimento historiográfico que a “Revolução” não foi aceita unanimemente dentro dos quartéis. Logo, em diferentes momentos da ditadura houveram membros das forças de segurança que ousaram levantarem-se contra a nova ordem. São alguns dos exemplos emblemáticos disso o Capitão do Exército Carlos Lamarca²⁰, bem como, o Capitão Reformado do Exército José Wilsom da Silva (Tenente Vermelho)²¹ e o Sargento do Exército Manoel Raimundo Soares (O Caso das mãos amarradas)²². Citamos aqui esses três devido a importância atribuída a eles pelos órgãos de repressão gaúchos, entretanto, ao mesmo tempo, não podemos deixar de mencionar indivíduos que embora a historiografia especializada pouco ou nada tenha se dedicado a observar os pormenores de suas trajetórias merecem ser lembrados por seu protagonismo e resistência.

Assim, outro grupo social atingido pela Operação Limpeza na cidade de Jaguarão foram os militares. Dentre estes as simpatias para com o PTB também resultaram em exonerações, baixas e transferências. E embora esses expurgos sejam mais difíceis de precisar, podemos acessar sua ocorrência a partir dos relatos coletados para essa investigação. Em sua entrevista, o senhor Claudio mencionou alguns desses nomes, como o Major Lima, que é hoje o Coronel Lima figura muito conhecida na cidade, e o Major Alcinto. Ambos, segundo ele, além de expurgados estiveram também “presos em um navio, lá no lado da Baía de Guanabara no Rio” (RICARDO, 2018). Nosso colaborador também destacou a perseguição sofrida por alguns sargentos, “do Exército, foram pra rua muitos sargentos, o Exército mandou embora, muitos foram transferidos lá pro Amazonas, pro Acre, para o interior do Pará” (RICARDO, 2018). O descontentamento desse grupo de sargentos foi o mais expressivo dentro da Força, muito embora, nosso colaborador tenha definido toda e qualquer movimentação enquanto “incipiente”, em sua entrevista nos relatou que se houvessem tentativas de resistência haveriam elementos nas guarnições do lado da fronteira, inclusive na de Jaguarão, que estariam ao lado de Jango: “se saísse nos saíamos com o quartel ao nosso

²⁰ Desertou em 1969, tornando-se um dos comandantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), grupo guerrilheiro de oposição à ditadura. Em 1971 desligou-se da VPR passando a integrar o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), foi uma das figuras mais caçadas pela repressão sendo assassinado em setembro de 1971.

²¹ Vereador em Porto Alegre, teve o mandato cassado pelo AI-1. Por ser um expressiva liderança das esquerdas da época teve de se exilar no Uruguai onde passou a exercer significativa influência entre o grupo político do ex governador Leonel Brizola, sendo um dos seus homens de confiança. Wilson foi vitimado em um latrocínio ocorrido na madrugada do dia 10 de dezembro de 2021, Ele tinha 89 anos e era militar reformado, filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e presidia a Associação dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Rio Grande do Sul.

²² Militar nacionalista que militava na Organização dos Suboficiais do Rio, acusado de subversão migrou do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul. Foi preso em março de 1966 em Porto Alegre e em 24 de agosto do mesmo ano o seu corpo foi encontrado boiando no Rio Jacuí, ele tinha os pés e mãos amarrados, bem como, diversas marcas das torturas sofridas após sua detenção pelos órgãos repressivos gaúchos.

favor, porque se houvesse a resistência os sargentos iriam tomar, com esses dois major Lima e major Alcindo” (RICARDO, 2018). Todavia, ao que tudo indica, tais movimentações de resistência nunca saíram do plano das ideias.

O Major Lima, citado por nosso colaborador, teve sua vida e atividades supervisionadas de perto pelos órgãos de informação da ditadura. Em documento expedido pela agência portoalegrense do Serviço Nacional de Informações (SNI)²³ de 1976²⁴, seu nome aparece em extenso relatório. Sendo apontado como um dos seis oficiais afastados e posteriormente transferidos para a reserva durante a Operação Limpeza por se negarem a aderir ao “Movimento de 31 de Março”. Devemos mencionar também a prisão de um oficial reformado do Exército de sobrenome Martinez, um senhor de aproximadamente setenta anos que já estava na reserva. Segundo nosso colaborador Claudio Maria Ricardo, este oficial teve sua casa revirada e seus livros expostos na vitrine da livraria A Micelania.²⁵ E pelo processo do senhor Oribe, podemos perceber que uma das motivações que pesavam contra o capitão era sua simpatia com o PTB, fator que, conforme estávamos discutindo anteriormente, já se configuraria em justificativa suficiente para que o indivíduo fosse enquadrado enquanto um “subversivo”. Ao contrário do Major Lima, o capitão Martinez foi recolhido juntamente com os demais “comunistas” ao prédio da Enfermaria Militar de Jaguarão, unidade de saúde do Exército local transformada em prisão política.

A partir das fontes às quais tivemos acesso, não conseguimos apurar a sequência dos fatos ocorridos com o Major. Entretanto para os demais detidos, que aqui já foram citados podemos reconstruir minimamente os dias que se seguiram a Operação Limpeza. E, dentre os aspectos que podemos elencar a partir do cruzamento dos depoimentos a Comissão de Indenizações e das entrevistas em história oral, gostaríamos de destacar a presença dos agentes do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS)²⁶ na condução dos interrogatórios ocorridos na Enfermaria, elemento apontado em todos os

²³ Organismo criado durante a ditadura para ser o “centro nervoso” de toda informação e contra-informação que circulava em cadeia pelos órgãos repressivos.

²⁴ Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Índice: Walter Lima Escritório Tiarajú Jaguarão RS. - Dossiê - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_82004410_d0001de0001.

²⁵ Durante as diligências da Operação Limpeza todo material “subversivo” apreendido pelo Exército local foi exposto nas vitrines desse estabelecimento localizado no centro da cidade. Episódio que, a nosso ver, foi uma clara tentativa de intimidação da população e demonstração de força por parte da repressão.

²⁶ No Rio Grande do Sul o DOPS desempenhou um importante papel na repressão política do pós 1964. No entanto esse órgão não foi uma criação dessa ditadura, que apenas o aprimorou e o empregou enquanto um dos principais tentáculos de sua máquina repressiva. Para uma melhor compreensão do tema recomendamos a leitura de: BAUER, Caroline Silveira. Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Dissertação de Mestrado. 281 f. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

depoimentos. Logo, podemos inferir que a rapidez com que estes foram para cá deslocados seja um indicativo do quão importante estrategicamente era a cidade de Jaguarão dentro da lógica da segurança nacional. Fica evidente, também, ao acompanharmos os relatos que os agentes do DOPS para a fronteira enviados gozavam de plena autonomia para a execução de suas tarefas, embora utilizassem as forças militares e policiais locais enquanto suporte para suas ações.

Entretanto, é interessante percebermos, que mesmo com todos esses relatos apontando para a existência de prisões e torturas na cidade, bem como para o uso da Enfermaria Militar enquanto um centro de detenção política esse ainda é um tema tabu dentre os jaguarenses. Nas narrativas ditas oficiais a existência de uma prisão política é negada. De acordo com o biógrafo do Exército na fronteira, o prédio ainda funcionava como enfermaria na década de 1950, sendo destinados para lá apenas os militares acometidos de alguma enfermidade contagiosa ou com necessidade de um longo tratamento. Assim, segundo Cunha (2012), o prédio, construído em estilo neoclássico entre 1880 e 1883, era dividido em quatro pavilhões, genericamente destinados à: guarda e administração; refeitório; enfermarias; cozinha e depósitos. Entretanto, passou a ser dispendiosa a manutenção do prédio, que antes da década de 1960 era zelado apenas por um sargento. Assim, segundo esse autor: “O ano de 1966 marcou o fim do funcionamento da Enfermaria Militar. Antes do 13 seguir para Porto Alegre, o velho prédio já estava abandonado, sem telhas e aberturas, entrando em lento processo de deterioração” (CUNHA, 2012, p. 270-271).

A memorialística oficial também nega a existência no local de uma escola primária, que teria funcionado entre o fim da década de 1960 e início dos anos 1970 quando se deu o processo de desmanche do prédio por populares (CERQUEIRA; PEIXOTO, 2011). Quanto a prisão política, os moradores do Cerro da Pólvora, local onde se encontra a Enfermaria, recordam que:

Olha, a gente na época era menino, mas sempre se tem uma lembrança, lembro que em 1963²⁷ houve um grande movimento, uma grande movimentação em Jaguarão (helicóptero) e várias prisões de oficiais e sargentos do Exército [que] provavelmente eram contra movimento político das Forças Armadas, onde suas armas foram expostas na livraria, a Miscelânea, localizada na Avenida 27 de Janeiro, hoje em frente do Banrisul, onde está a farmácia Panvel. [...] a Enfermaria depois passou a ser um presídio de militares, que cumpriam pena disciplinar, então a gente acompanhava tudo, quando descíamos o Cerro e passávamos pela Enfermaria e víamos aquele movimento e também presenciamos as

²⁷ O entrevistado se equivocou na datação, o episódio ao qual se refere ocorreu em abril de 1964 no âmbito da Operação Limpeza.

transferências do pessoal que estava na Enfermaria. (NUNES, 2014, Apud. ROSA, 2015, p. 51).

[...] lembro que existia uma tabela no porão que dizia onde ficava os presos políticos na época da ditadura em 60 [...] Na Enfermaria, lá na frente tinha um porão que dava pro pátio. Eu lembro quando era pequena, que meu vizinho, Sr. Velasque, havia sido preso lá, mesmo não sendo militar. Ficávamos conversando com ele pelo arco do porão, pois os presos ficavam olhando para a rua [...] (GARCIA, 2014, Apud. ROSA, 2015, p. 31).

No período da ditadura militar foram para lá militares afastados por terem vinculação com o Brizola. Por exemplo, o sargento Neli Otero, que era de Bagé, mas veio do Rio de Janeiro para Jaguarão, de modo a não ser preso. Outros brizolistas vieram também. Ele [Sr. Pedro Albio Otero] fala dos “onze de Brizola”. Outro seria o Sargento Mário.²⁸

Percebemos, a partir do contato com nossas fontes, que esta foi uma realidade marcante para os que ali viveram, estando para além da existência de um hospital militar que posteriormente foi transformado em escola. Um dos moradores locais ouvidos pela arqueóloga Luciana Peixoto (2011), além de levantar a existência da prisão política, conforme apresentado no relato acima transcrito, ainda foi capaz de precisar a localização da mesma na planta do prédio. É sabido que a memória é uma seleção realizada a partir do presente, que sofre pressões orgânicas, psicológicas e sociais que acabam por explicar essas incompatibilidades nas datações das diferentes narrativas dos moradores da cidade. Entretanto, por mais que exista uma forte disputa de memória entorno dessa parcela do passado jaguareense, é irrefutável o fato de que o prédio da Enfermaria Militar de Jaguarão funcionou sim, ao menos nos primeiros momentos²⁹ após o Golpe, como uma prisão política e um espaço onde ocorreram torturas. Assim como, é inegável que ao menos nesse primeiro momento os principais atingidos pela ação repressiva na fronteira foram os partidários e simpatizantes do PTB.

Considerações finais

Nosso foco de análise foram os primeiros dias após o Golpe de 1964 na pacata Jaguarão, município fronteiro do interior do Rio Grande do Sul. A partir desse recorte

²⁸ Esse fragmento foi transcrito integralmente do caderno de campo utilizado por Luciana Peixoto e equipe durante os trabalhos de escavação da Enfermaria Militar, no âmbito do Projeto Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar de Jaguarão (2010-2011). O material foi gentilmente cedido pela mesma para essa pesquisa. CERQUEIRA, Fábio Vergara. PEIXOTO, Luciana da Silva. Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar, Jaguarão - RS. Processo IPHAN nº 01512.003063/2009-57. Pelotas, 2011. Notas do caderno de Campo referentes a o colaborador Pedro Albio Otero. Jaguarão, 07 de janeiro de 2010.

²⁹ É muito difícil precisar exatamente por quanto tempo o local teve essa finalidade, podem ter sido meses, todo o ano de 1964, parte de 1965 ou até pouco antes se converter em uma escola primária.

espaço temporal abordamos do clima de insegurança que se instaurou na fronteira durante e após a Operação Limpeza, levada a cabo nos primeiros dias de abril daquele ano. A partir daí, tomando por base os processos de Indenização do estado do Rio Grande do Sul, podemos observar a estruturação do aparato repressivo em nível local, e o clima de terror e medo que se instaurou a partir de então. Acompanhamos as cassações; os expurgos; as prisões; a conversão da unidade de saúde do Exército local em prisão política, elemento este que até hoje suscita disputas de narrativas na cidade; assim como, o posterior isolamento social que se abateu sob aqueles “fichados” como “comunistas”. Nesse momento, podemos perceber, também, que o inimigo interno da ditadura por essas bandas tinha um rosto. Assim, acompanhamos a perseguição a setores petebistas locais e buscamos demonstrar a força do Partido Trabalhista na região. Por fim, devemos destacar, que as histórias cruzadas desses senhores que foram aqui apresentadas não podem ser tomadas enquanto as únicas manifestações dos reflexos do terror naqueles dias; são essas as que chegaram até nós graças aos fragmentos contidos nos processos da Comissão Especial de Indenizações, entretanto após eles vieram outros e outros que foram soterrados por peças camadas de silêncio, uma vez que o passado ditatorial é uma das muitas “histórias silenciadas” dessa fronteira.

Fontes

Entrevistas

CARLOS. Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975). Jaguarão, dezembro de 2021. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

RICARDO, Claudio Maria. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 21/09/ 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

SANTOS, José Cassiano dos. Entrevista à Luciana da Silva Peixoto e Marciana Zorzi, Jaguarão, 2010. Esse material pertence ao Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar, Jaguarão - RS. Processo IPHAN nº 01512.003063/2009-57. Pelotas, 2011.

Documentos e imprensa

Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional - BR_DFANBSB_N8, Boletim Reservado, Janeiro de 1967, p. 60.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Índice: Walter Lima Escritório Tiarajú Jaguarão RS. - Dossiê - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_82004410_d0001de0001.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR_DFANBSB_V8, INFORME N° 0150/1981, p. 11.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 7121-1200/98-0 referente a Claudio Maria Ricardo

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 2724-1200/02-6 referente a Didio Bezerra.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. PEIXOTO, Luciana da Silva. Caderno de Campo do Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar, Jaguarão - RS. Processo IPHAN nº 01512.003063/2009-57. Pelotas, 2011.

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1964/ Ed. 16 de abril de 1964. p.2

Referências Bibliográficas

ÁGUILA, Gabriela. Violencia política, represión y actitudes sociales en la historia argentina reciente. IM: Pilar, Pereira, Juan Carlos y otros (eds.), **Pensar con la Historia desde el siglo XXI**. XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea, Universidad Autónoma de Madrid, 2015. p. 5569-5588.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992,

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (org.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: OIKOS, 2017.

CATELA, Ludmila da Silva. “The stigma of memory in Tumbaya-Jujuy”. **Laboratorium** v.3, nº2, p: 305-326. 2010.

CUNHA, James Bolfoni. **Jaguarão e os militares: Dois séculos na fronteira**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. 2009. 275f. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

GOMES, Angela de Castro. Brizola e o trabalhismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.11-20, jan./dez. 2004

MAZZEI, Enrique. **Fronteras que nos unen, límites que nos separan**. Montevideo: Imprenta CBA, 2012.

ROSA, Alzemiro. **A Voz Popular: O Cerro da Polvora nas décadas de 1960-1970 em Jaguarão -RS**. 2014. 51f. Monografia ao Curso de História- Licenciatura Plena, Integral- Universidade Federal do Pampa.

VARGAS, Índio. **Guerra é guerra, dizia o torturador**. Rio de Janeiro: 3ª edição, Codecri, 1981.

VIEIRA, Elena Teixeira Porto. **O golpe de 64 silenciado: a memória e o esquecimento do período da ditadura no município de Jaguarão-RS**. 2018. 113 f. Dissertação de Mestrado

(Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas. UFPel.